

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 150**

12/10/07 a 18/10/07

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (coordenação).
Mestrandos em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP: André Cavaller Guzzi (bolsista FAPESP), Flávio Augusto Lira Nascimento (bolsista CAPES), Leonardo Ulian Dall Evedove (bolsista CAPES) e Renata Avelar Giannini (bolsista CAPES).
Graduandos em Relações internacionais pela UNESP de Franca: Caroline de Santana Harfuch, Felipe dos Santos, Felipe Cordeiro de Almeida, Juliana Alves da Costa, Juliana Yumi Aoki, Lisandra Crosara e Victor Hugo de Souza Gonçalves.

Presidente Lula visitou a África

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarcou no dia 15 de outubro em uma viagem de quatro dias pelo continente africano tendo como objetivos a defesa da democracia e a assinatura de acordos em áreas estratégicas, como energia e mineração. Lula foi acompanhado por uma comitiva de empresários e pelos ministros Celso Amorim (Relações Exteriores), Miguel Jorge (Desenvolvimento), Franklin Martins (Comunicação Social), Matilde Ribeiro (Igualdade Racial), Nilcéa Freire (Mulheres) e Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos). Em seu primeiro destino, Burkina Fasso, o presidente participou de um seminário sobre democracia e desenvolvimento no continente africano, acompanhado do presidente do país, Blaise Campaoré, e de discussões sobre subsídios agrícolas e produção de biodiesel. No que tange à democracia neste país, o assessor de Lula, Marco Aurélio Garcia, afirmou que “o presidente (Campaoré) tem se subordinado a eleições livres, fiscalizadas internacionalmente”. O subsecretário-geral político do Itamaraty, o embaixador Roberto Jaguaribe de Mattos, argumentou que estes países, considerados ditatoriais ou de democracia questionável, têm passado por uma evolução democrática, apesar das diferenças tribais internas em cada um

deles. Jaguaribe completou afirmando ser ingênuo e arrogante crer em uma fórmula única de democracia. Lula também passou pela República do Congo, país que estuda parcerias com a Petrobrás e deseja conhecer a produção de biocombustíveis. Em Brazzaville, capital deste país, Lula reuniu-se com o presidente Denis Sassou-Nguesso e declarou o perdão da dívida de US\$ 400 milhões, com a condição de o governo congolês criar uma linha de crédito neste valor para empresas brasileiras investirem em serviços e produtos no país. Ao ser indagado por jornalistas quanto à controvérsia da iniciativa, o presidente brasileiro respondeu que não há “nenhuma polêmica o Brasil incentivar que empresas brasileiras possam contribuir para o desenvolvimento do Congo. Ganhará o Brasil, ganhará o Congo, ganharão as empresas brasileiras e, mais importante, ganhará o povo do Congo”. O chefe de Estado e de governo do Brasil, ainda, comprometeu-se em cobrar de seus ministros empenho para que os acordos assinados em solo africano sejam cumpridos. Em Angola foram realizados acordos na área de saúde. Na África do Sul, Lula assinou acordos de cooperação econômica e participou da II Cúpula do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), tendo como principal objetivo a obtenção de apoio para ampliação dos países que fazem parte do Conselho de Segurança da ONU; no encontro, os líderes dos três países pediram a conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), e reafirmaram a disposição de manterem-se unidos nas negociações da Rodada. (Folha de S. Paulo – Brasil – 12/10/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 15/10/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 16/10/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 17/10/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/10/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/10/2007; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 17/10/2007; O Globo – Economia – 15/10/2007; O Globo – O País – 14/10/2007; O Globo – O País – 15/10/2007; O Globo – País – 16/10/2007; O Globo – O País – 17/10/2007).

EUA pressionaram contra quebra de patentes

O Estados Unidos teriam pressionado o Brasil contra a quebra de patentes de remédios contra a AIDS. A declaração foi feita pela entidade norte-americana, Knowledge Ecology International (KEI). A entidade obteve telegramas junto à embaixada dos EUA em Brasília, que indicariam comunicação e pressão do governo Bush e empresas farmacêuticas ao Ministério da Saúde entre os anos de 2004 e 2006. O então ministro da Saúde, Humberto Costa, declarou que a ação brasileira foi condicionada pelo sucesso nas negociações e não por qualquer tipo de coação dos EUA. A embaixada dos Estados Unidos não se manifestou sobre o assunto. O Brasil esteve próximo da quebra de patentes, mas voltou atrás após uma redução nos preços dos remédios (O Estado de S. Paulo – Vida & – 12/10/2007).

Brasil e EUA deverão eliminar dupla tributação

Brasil e Estados Unidos deverão chegar a um acordo de eliminação da dupla tributação no comércio entre eles, até maio de 2008. Este foi o entendimento entre representantes dos governos e presidentes das maiores empresas dos dois países durante o Fórum de CEO's Brasil-Estados Unidos. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, enfatizou a importância de uma tributação única, pois com o esquema atual de tributação, as empresas têm de pagar impostos por seus lucros tanto no Brasil, quanto nos EUA. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/10/2007).

ONU criticou avanço do etanol na Amazônia

O relator da Organização das Nações Unidas contra a Fome, Jean Ziegler, acusou o Brasil de estar utilizando a Amazônia e o cerrado brasileiros para a plantação de cana-de-açúcar para a produção de etanol. Ele colocou os biocombustíveis como uma das principais ameaças à segurança alimentar dos próximos anos e pediu uma moratória de cinco anos à produção do etanol. Tal crítica foi corroborada pelo Presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pachauri, que pediu cautela aos países em desenvolvimento na promoção dos biocombustíveis. Questionado pelo governo brasileiro, Ziegler afirmou que o etanol não gerou desenvolvimento no Brasil nos últimos 30 anos e que a agricultura familiar seria uma opção capaz de gerar maior número de postos de trabalho. O governo brasileiro por sua vez, já trabalha em um macrozoneamento para o plantio no País, entre cujas funções está o estabelecimento da área a ser destinada na Amazônia para o plantio de cana-de-açúcar e a função do mesmo. As ministras brasileiras da Casa Civil e do Meio Ambiente rebateram as críticas de Pachauri, declarando que no país existem áreas suficientes para o plantio de cana para o etanol que prescindem da utilização do solo amazônico e do cerrado brasileiro. A ministra Marina Silva, além disso, anunciou a queda em 65% do desmatamento no Brasil. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/10/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 13/10/2007; O Estado de S. Paulo – Vida & – 18/10/2007).

Presidente e ministros sul-americanos discutiram integração

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, reuniu-se com ministros de países sul-americanos, embaixadores brasileiros da região e dirigentes de empresas estatais. O objetivo da reunião era a execução de acordos firmados pelo Brasil, ainda por serem encaminhados. Para tal, Lula determinou a criação de um comitê gestor, liderado pelo ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim. O presidente brasileiro encaminhou um pedido de liberação de crédito ao Congresso brasileiro para o Fundo de Convergência Estrutural (Focem), que financia projetos de desenvolvimento no Mercosul. Lula também afirmou que quer

a instalação de um Banco do Brasil no Uruguai e da Embrapa na Venezuela. (O Globo – Economia – 12/10/2007).

Brasil é criticado e também critica os países ricos

O comissário europeu do Comércio, Peter Mandelson, pediu ao Brasil e os demais emergentes que deixem clara sua posição quanto à Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio. Ele também declarou que as críticas brasileiras à UE e aos Estados Unidos são negativas às negociações. O presidente brasileiro, no entanto, em viagem por alguns países do continente africano, no dia 16 de outubro, afirmou que os países desenvolvidos deverão ceder um pouco mais para que a Rodada evolua e acrescentou que esses países devem parar de tratar os países mais pobres como se fossem pedintes. Segundo Lula, a proposta norte-americana de limitar os subsídios ao setor agrícola na ordem de US\$ 16 bilhões ao ano é inaceitável. O governante brasileiro mencionou o novo presidente do Fundo Monetário Internacional, Dominique Strauss-Kahn, afirmando que dificilmente uma pessoa que ocupa tal cargo poderá ser amigo de alguém. No dia 15 de outubro, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que o agronegócio brasileiro ganhará pouco com a conclusão da Rodada Doha. No dia 17, por fim, respondendo à pressão dos países ricos, Brasil, Índia e África do Sul prepararam uma nova proposta. A idéia, encabeçada pela Índia, é de modificar a posição dos países em desenvolvimento, mas manter as tarifas de importação de produtos industriais altas. A proposta ainda prevê que, quanto maior o corte de tarifas nos emergentes, maior deve ser a flexibilidade para que esses escolham setores que serão isentos de liberalização. Estados Unidos e União Européia insistiram que os países emergentes dêem sinais de flexibilização, por isso, informaram que caso essa proposta seja concretizada não haverá mais o que negociar. A posição não parece ser unanimidade nem mesmo entre os países em desenvolvimento, pois o governo da Venezuela, por exemplo, prega que os países ricos devem fazer maiores concessões para a liberalização do comércio do que os países em desenvolvimento. Em Pretória, no dia 18, o presidente reiterou sua posição quanto às negociações de Doha por telefone com o presidente americano George W. Bush. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/10/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/10/2007; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 17/10/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/11/2007; O Globo – Economia – 12/10/2007; O Globo – Economia – 18/10/2007).

Ministro da Defesa rejeita interferência externa na Amazônia Brasileira

O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, posicionou-se contrário à interferência externa nos assuntos referentes à preservação da Amazônia Brasileira, reafirmando a soberania brasileira sobre o território. Em visita às terras indígenas,



o ministro declarou que não considera que as ações militares nessas regiões devam ser coibidas, como sugerido pela Organização das Nações Unidas, e que as terras indígenas são de usufruto desses povos e de posse da União, tendo o Estado Brasileiro o dever de cuidá-las. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 13/10/2007).

Colômbia solicitou adesão ao Banco do Sul

O Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, solicitou a adesão do país ao recém criado Banco do Sul. A instituição foi criada pelos ministros da área econômica de Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Venezuela e Uruguai em acordo no início do mês de outubro. Segundo Álvaro Uribe, a adesão ao banco não significa que a Colômbia esteja descontente com as suas relações com os Bancos Interamericano e Mundial e o com o Fundo Monetário Internacional. A solicitação da Colômbia vai de encontro com as declarações do Chanceler da Colômbia Fernando Araújo que afirmara haver limitações financeiras para a adesão do país do Banco do Sul. A Colômbia não participou das reuniões de formação do banco. (Folha de S. Paulo – Mundo – 13/10/2007).

Lula parabenizou ganhadores do Prêmio Nobel da Paz

No dia 13 de outubro, o presidente Lula parabenizou o ex-vice-presidente americano, AlGore, e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) pela obtenção do Premio Nobel da Paz. Lula ainda enfatizou que "o aquecimento global já afeta negativamente as oportunidades de desenvolvimento e pode pôr em risco as sociedades". (O Estado de S. Paulo – Internacional – 14/10/2007).

Permanência das forças de paz no Haiti será renovada

Os países membros do Conselho de Segurança da ONU formalizaram um pedido de prorrogação da presença da força de paz no Haiti. O Conselho, então, decidiu por renovar o mandato da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), bem como por reconfigurar suas forças e ampliar as incumbências da missão, que a partir de agora também combaterá o tráfico de armas e de drogas no país. As fronteiras ganharão maior atenção, já que a extensa costa desprotegida do Haiti, com portos e pistas de pousos clandestinos, facilita a ação de traficantes. A Minustah permanecerá atuante até 15 de outubro de 2008, quando poderá ter seu mandato prorrogado novamente. No dia 16 de outubro, o ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, disse que há uma discussão em torno de "uma eventual mudança do perfil da tropa", aumentando o número de engenheiros para a construção de infra-estrutura. (Folha de S. Paulo – Mundo – 16/10/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 14/10/2007; O

Estado de S. Paulo – Internacional – 16/10/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 17/10/2007).

Chávez falou sobre crise na Bolívia e mencionou Lula

No dia 14 de outubro, durante o programa “Alô Presidente”, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, afirmou que seu país poderá intervir militarmente na Bolívia caso o presidente Evo Morales seja retirado do governo do país pela oposição. Chávez disse ainda que conversou com o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a crise política boliviana e sobre o posicionamento venezuelano durante o encontro que tiveram em Manaus, no mês de setembro. (Folha de S. Paulo – Mundo – 15/10/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 15/10/2007; O Globo – O Mundo – 15/10/2007).

Stephanes encontrou-se com parlamentares europeus

No dia 16 de outubro, Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura do Brasil, encontrou-se em Bruxelas com parlamentares europeus e com o comissário de Saúde da União Européia (UE), Markus Kyprianou, para discutir a confiabilidade do controle sanitário da carne brasileira. De acordo com o ministro, a única questão pendente é a rastreabilidade dos animais, que ainda deve levar algum tempo para ser totalmente implementada. Segundo Kyprianou, a União não irá suspender a importação da carne brasileira, dado que não existem evidências para tanto. Stephanes falou, ainda, sobre o planejamento do governo para a expansão da cana-de-açúcar para a produção de etanol. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/10/2007).

Decisão da OMC beneficia Brasil

O governo brasileiro tem-se demonstrado preocupado com a compra de pneus usados da Europa por apenas US\$ 1. A suspeita é de que os países europeus estejam exportando porque seria mais fácil despejar o lixo aqui do que tratar do problema localmente, onde as exigências ambientais tornam o preço da destruição dos pneus muito elevado. No dia 15, em audiência na Organização Mundial de Comércio (OMC), o Brasil afirmou que tenta impedir a entrada do produto para evitar doenças e degradação ambiental. Delegados europeus, por sua vez, enfatizaram que o Brasil estava adotando medidas protecionistas e usando argumentos ambientais para justificar uma decisão industrial. Os árbitros da OMC concluíram que o Brasil terá que implementar o embargo completo aos pneus (o país adotou medidas para impedir a entrada da mercadoria, mas continuou permitindo a importação pelo Mercosul), ou então, eliminar por completo as restrições às importações. A opção do país foi a de adotar medidas para embargar

completamente a entrada do produto, decisão essa que levou os europeus a pedirem por um novo julgamento. Uma nova decisão da OMC deverá sair no início de 2008. (O Estado de S. Paulo – Vida & – 16/10/2007).

Justiça de Mônaco consulta governo brasileiro a respeito de Cacciola

Representantes da embaixada de Mônaco em Paris fizeram uma consulta ao governo brasileiro sobre o possível trajeto de retorno de Salvador Cacciola, caso o ex-banqueiro seja mandado de volta ao Brasil. Eles queriam saber se Cacciola passaria por território francês, já que um acordo entre os dois países prevê o transporte de presos brasileiros pela França. Autoridades do Brasil entenderam a consulta como um indicativo da disposição da Justiça e do governo de Mônaco de aprovarem o pedido de extradição do ex-dono do banco Marka. (O Globo – Economia – 16/10/2007).

UE aceita discutir tarifas

No dia 15 de outubro, durante a conferência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a comissária de Agricultura e Desenvolvimento Rural da União Européia, Marianne Fischer Boël, afirmou que o bloco econômico aceita discutir a extinção da tarifa de importação de etanol imposta a terceiros mercados. A comissária ressaltou que a produção européia é auto-sustentável hoje, mas a demanda prevista para o futuro não vai conseguir ser atingida somente por produtores europeus. Fisher Boël também se comprometeu em reabrir as negociações sobre alguns produtos que têm tributação diferenciada, tais como o café solúvel, frutas e mel, entretanto, mostrou-se inflexível em relação à carne. A comissária apontou que, caso o Brasil não cumpra com o compromisso de rastrear seu rebanho ainda este ano, poderão ser criadas restrições à importação de carne brasileira. O governo brasileiro já admitiu que atender integralmente a essa exigência até o fim do ano é quase impossível. Fischer Boël também se reuniu com o ministro interino da Agricultura, Silas Brasileiro. (O Globo – Economia – 16/10/2007).

Vitória do Brasil na OMC

No relatório final do processo movido pelo Brasil contra Estados Unidos, referente aos subsídios concedidos pelo governo americano aos produtores de algodão do país, a Organização Mundial do Comércio (OMC) manteve a decisão tomada em julho. O escritório do United States Trade Representative (USTR), confirmou a decisão contrária ao governo americano. A OMC determinou que as mudanças implementadas pelos EUA foram insuficientes para conformar as medidas contestadas às regras da organização. O governo americano alega que reformou de modo suficiente as regras para subsídios ao algodão e que, por isso, vai

recorrer da decisão. A decisão da OMC abre a possibilidade de retaliação do Brasil em cerca de US\$ 4 bilhões, inclusive em patentes. O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou estar satisfeito com a decisão da OMC. Em nota, o Itamaraty diz que o governo brasileiro ficou satisfeito com a posição da organização, pois confirma a apreciação brasileira quanto à insuficiência das mudanças dos EUA. O Itamaraty também adiantou que o país vai abrir, ao lado do Canadá, um caso para demonstrar que os EUA não observaram os limites para os subsídios à agricultura, mas dessa vez espera que a OMC crie jurisprudência sobre o teto de subsídios que Washington pode conceder. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/10/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/10/2007; O Globo – Economia – 16/10/2007).

FMI afirma que o Brasil possui maior estabilidade financeira

No dia 16 de outubro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou um documento denominado “Informe da Estabilidade Global”, em que o Brasil é descrito como possuidor de uma capacidade de suportar uma crise de créditos internacional sem que existam muitos impactos negativos em sua economia. Tal situação se dá em decorrência das melhorias na infra-estrutura do mercado financeiro brasileiro e à diversidade de investidores nacionais. Para o FMI, o Brasil ainda tem “um longo caminho” pela frente em termos de melhora de sua situação fiscal (das contas públicas) e da redução da relação entre a dívida pública e o tamanho de seu PIB. Segundo o relatório, o Brasil e demais países latino-americanos têm como principal desafio encontrar mecanismos para evitar distorções macroeconômicas provocadas por um fluxo financeiro externo sem precedentes na região. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/11/2007; Globo – Economia – 17/10/2007).

Brasil perdeu posições em lista de receptores de investimentos diretos

No dia 16 de outubro, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) publicou um relatório, no qual o Brasil caiu cinco posições no ranking de países emergentes que recebem maior quantidade de investimentos estrangeiros diretos (IED), saindo do 15º lugar indo para o 19º. A queda se deu mesmo com o crescimento dos IED no país, que em 2005 foram de US\$ 15,1 bilhões e em 2006 chegaram ao valor de US\$ 18,8 bilhões; tal fato explica-se em razão do crescimento mundial de IED ter sido na ordem de 38%, e no Brasil apenas 25%. O documento, ainda, mostra que o país fez mais investimentos do que recebeu no mesmo período, atingindo a quantia de US\$ 28 bilhões, fato que elevou o Brasil à 12ª posição de país investidor. Segundo o relatório, isso está acontecendo em razão das empresas brasileiras estarem entrando em um momento de internacionalização, como é o caso da Vale do Rio Doce, que adquiriu a canadense Inco por US\$ 17 bilhões. (Folha de S. Paulo –

Dinheiro – 17/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/10/2007; O Globo – Economia – 17/10/2007).

Petrobrás é cobrada no Equador

As empresas petrolíferas que atuam no Equador receberam um aviso de cobrança, por parte do governo local, acerca da dívida acumulada desde a mudança da legislação referente aos impostos sobre a produção de petróleo, em abril de 2006. As autoridades equatorianas estipularam o dia 31 de outubro como data limite para o pagamento das dívidas, caso contrário os contratos serão cancelados. A Petrobrás foi indicada como sendo a maior devedora entre as empresas que atuam neste setor no país, já que a mesma terá de pagar US\$ 89,5 milhões ao governo do Equador, referente à extração realizada nos campos de Pata e Palo Azul. O presidente da estatal brasileira, José Sérgio Gabrielli, afirmou que não irá se referir ao assunto na imprensa. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/10/2007).

Deputados comentam possível entrada da Venezuela no Mercosul

Em função da votação que ocorrerá no dia 24 de outubro na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados do Brasil sobre a entrada da Venezuela no Mercosul, alguns políticos fizeram comentários sobre o tema. O deputado Doutor Rosinha (PT) lembrou do grande interesse do empresariado brasileiro na entrada do país vizinho no Mercosul. Ao passo que Antonio Carlos Pannunzio (PSDB) reconheceu tais interesses comerciais, mas disse que os interesses nacionais devem estar acima dos demais, e acrescentou que a Venezuela é um fator de desestabilização do subcontinente. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/10/2007).

Bird ofereceu ajuda ao Banco do Sul

No dia 16 de outubro, o Banco Mundial (Bird) apresentou apoio ao Banco do Sul, integrado por Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela, sem que lhe tenha sido feito qualquer pedido. O economista-chefe para a América Latina e o Caribe, Augusto de la Torre, afirmou que o Banco do Sul “é uma iniciativa muito bem-vinda, e o Banco Mundial está disposto a dividir sua experiência com ela”. Tal iniciativa ocorre em meio a um contexto em que o Bird busca diversificar seus investimentos na América Latina. Segundo de la Torre, as economias destes países encontram-se em um estado de maior solidez em relação ao passado, contudo, o Banco Mundial quer fortalecê-las com seu capital e experiência na questão do desenvolvimento. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/10/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/10/2007).

FAO vê o Fome Zero como um programa de sucesso

No dia 16 de outubro, o Programa das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) divulgou um vídeo, que será distribuído ao redor do mundo, no qual aparecem imagens do Fome Zero e do atual presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso de posse, em 2003, referindo-se a tal programa. Segundo o representante regional da FAO para América Latina e Caribe, José Graziano, “o Brasil avançou sim, e avançou muito no combate à fome”, durante o governo Lula. Contudo, Graziano lembrou, ainda, que para redução concreta da miséria “é preciso mais mecanismos de coordenação, nos três níveis de governo: União, estados e municípios. E faz falta um mecanismo local de integração, além de maior ênfase na requalificação profissional, não só das crianças, como dos adultos. E ainda maior ênfase no monitoramento e nas avaliações”. Estimativas da FAO apontam que o país, em 2015, já não terá mais pessoas subnutridas. (O Globo – O País – 17/10/2007).

Lula assina acordo contra arma nuclear e propõe livre comércio com a Índia

Brasil, África do Sul e Índia anunciaram na segunda reunião de cúpula do fórum Ibsa, em Pretória, África do Sul, um acordo de cooperação nuclear com fins pacíficos sob o monitoramento da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Os líderes desses países concordaram em explorar abordagens para o uso desta tecnologia apenas para fins civis e pacíficos e prometeram trabalhar pelo desarmamento nuclear. O presidente Lula afirmou que essa declaração mostra ao mundo que países responsáveis, sérios, podem fazer acordos nucleares sem causar pânico a quem quer que seja. O chanceler brasileiro, Celso Amorim, não disse quando o acordo entrará em prática, nem como isso ocorrerá, mas afirmou que já há acordos semelhantes com outras potências nucleares, como a França, Alemanha e Estados Unidos. Apesar da Índia já possuir bomba atômica, seu primeiro ministro disse que o país está disposto a se desarmar dentro de um contexto de desarmamento global. Ainda nesse evento, o presidente brasileiro propôs a criação de um acordo de livre-comércio entre os países do Mercosul, a África do Sul e a Índia. Segundo ele, esse grupo criará a maior área de livre-comércio do mundo. Lula também fez novas críticas aos subsídios agrícolas concedidos pelos países ricos e juntamente com o presidente sul-africano, Thabo Mbeki, e o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, cobrou-lhes a mesma disposição demonstrada pelos países em desenvolvimento em negociar em todas as áreas”. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/10/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/10/2007; O Globo – País – 18/10/2007).

EUA querem acordo comercial com o Mercosul

O governo dos Estados Unidos pretende apresentar proposta aos quatro países do Mercosul um acordo de livre comércio, com o objetivo de encontrar coincidências de interesses em áreas nas quais todos se sentissem confortáveis para discutir. Estrategistas americanos acreditam que os quatro países do bloco estariam inclinados a estudar possibilidades de um acordo que, embora limitado a determinados setores, seria produtivo e benéfico para todas as partes. Embora dirigida a todo o Mercosul, a proposta teria como alvo principal cativar o Brasil, e isolar a Venezuela, uma vez que os americanos acreditam na liderança exercida por este país sobre os demais emergentes. Os Estados Unidos já fizeram acordos de livre comércio com sete países da América Latina. Além disso, há outros três (Colômbia, Panamá e Peru) que, embora fechados, dependem de aprovação do Congresso americano. (O Globo – Economia – 18/10/2007).